

RISCOS DA CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL PARA O MEIO AMBIENTE

Os trabalhadores da área ambiental vêm demonstrar enorme preocupação com o futuro político do país. Sem apoio popular ou legitimidade, um suposto governo neoliberal proposto pela elite conservadora a partir de um processo de impeachment contrário ao regime democrático e à ordem jurídica vigente, representa um grave risco à gestão socioambiental no Brasil.

Como trabalhadores assalariados, dos setores públicos e privados, e como cidadãos, devemos temer o documento intitulado “Ponte para o Futuro”, plano de governo de Temer, que não só não corresponde ao plano da chapa que o elegeu vice-presidente como defende um “remédio amargo para o conjunto da população”, com ameaças aos direitos trabalhistas e fortes restrições e retrocessos à agenda ambiental brasileira.

As condições socioeconômicas são indissociáveis da qualidade ambiental e qualquer retrocesso nos avanços sociais obtidos tornariam as populações vulneráveis ainda mais frágeis, mais suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas e mais propensas a degradar o meio onde vivem.

Resgatando ditames neoliberais, a execução “Ponte para o Futuro” fará o país voltar ao passado, no qual o Estado, enfraquecido, era incapaz de defender os interesses nacionais. A intenção de privatizar o Pré-sal, cuja tecnologia de exploração foi desenvolvida pela Petrobrás e que, no plano de governo atual, disponibilizará recursos vultosos à Educação pública, é evidência do caráter antinacionalista desse plano, a despeito

do discurso patriótico utilizado.

Destacamos que os principais grupos econômicos e políticos que estão se aliando para tomar o poder são os mesmos que vêm propondo a redução da regulação ambiental, que investem sistematicamente contra as áreas de licenciamento e fiscalização dos órgãos ambientais e pregam a privatização dos recursos naturais em nome do lucro máximo. A tragédia social e ambiental ocorrida em Mariana se insere nesse contexto e é prova do fracasso da lógica de desenvolvimento defendida por esses grupos, que contraria os princípios da precaução e da prevenção, fundamentais para a proteção ambiental e a conservação dos recursos naturais.

Sem nenhum compromisso com o meio ambiente, esse plano acena com a desvalorização da área ambiental mediante cortes orçamentários, sucateamento dos órgãos ambientais e redução de suas atribuições, enfraquecimento da legislação ambiental e retrocessos relativos a unidades de conservação e direitos dos povos tradicionais.

Não há como defender um povo e, ao mesmo tempo, flertar com o autoritarismo e a redução de direitos fundamentais. Precisamos de um Estado capaz de atender as demandas da sociedade garantindo direitos àqueles mais vulneráveis e minimizando os conflitos de uso dos recursos naturais; um Estado que avance por meio da inclusão social, econômica e ambiental de toda sua população, respeitando as regras que dão estabilidade à nossa ainda jovem Democracia. Não aceitaremos retrocessos.

Brasília, dia 9 de maio de 2016

COLETIVO DE TRABALHADORES DO MEIO AMBIENTE

Apoio: **SINDSER-DF**